

sidad de paz y concordia entre los hombres. La obra de Thériault llena un vacío a la vez que señala un camino y un método de investigación para todo aquel interesado en el tema.

DIANA L. FRENKEL
Universidad de Buenos Aires

T.J. CORNELL & CATHRYN LOMAS, organizadores, *Urban Society in Roman Italy*, London University College, 1996.

Este volume, organizado por Cornell e Lomas, resulta de um colóquio sobre a "Sociedade Urbana na Itália Romana", em julho de 1991, no Instituto de Estudos Clássicos do *University College London* e apresenta uma súpula de algumas das principais questões relativas a essa temática. A cidade, como ressalta Lomas na "Introdução" (1-7), é um dos fenômenos centrais do mundo antigo, tendo gerado um debate acadêmico sem paralelos, tendo sido objeto de reflexão de Marx, Sombard, Weber, Pirenne, Childe, Finley, para mencionar apenas alguns dos mais notáveis. Nos períodos helenístico e romano, as cidades continuaram a guardar grande autonomia e vitalidade e os capítulos procuram dar conta de aspectos essenciais das cidades na Itália romana, a começar pela discussão teórica do grande continuador de Finley, em Cambridge, Whittaker, cujo título já demonstra seu caráter iconoclasta: "As teorias sobre a cidade antiga importam?" (9-26). Antes de concluir afirmativamente, Whittaker destrinça os modelos da cidade consumidora de Weber, da cidade provedora de serviços, organizadora, processadora, concluindo que a primeira ilumina mais do que as outras, que partem de pressupostos eco-

nômicos. Embora sua conhecida posição seja mantida, deve notar-se que, no exame dos outros modelos, o autor concede que estudos de caso podem demonstrar motivos econômico-administrativos, como quando admite que "o recente trabalho sobre a *annona militaris*, na Espanha (J. Remesal, *La annona militaris y la exportación de aceite bético a Germania*, Madrid, Complutense, 1986), parece demonstrar que unidades militares individuais, no Reno, negociavam, com fazendas espanholas, o seu próprio abastecimento de azeite" (17-18).

Luigi Capogrossi Colognesi apresenta um capítulo historiográfico sobre "Os limites da cidade antiga e a evolução da cidade medieval no pensamento de Max Weber" (27-37), explorando as mudanças na construção discursiva entre 1891 e 1909; no final do século, Weber centrava seu discurso na "História agrária de Roma", enquanto, posteriormente, a cidade torna-se central em sua argumentação: primeiro em "Relações agrária na Antiguidade e, depois, em "A Cidade", de 1921, Andrew Wallace-Hadrill retomou suas considerações, a partir da cultura material pompeiana, sempre sobre o tema da "Honra pública e vergonha privada: a textura urbana de Pompéia" (39-62). Começa por quietar-se, justamente, da divisão, nos estudos de Pompéia, entre os diversos especialistas, que acabam por fragmentar um só objeto de investigação e procede acoplando as evidências eruditas sobre a dicotomia "honra / vergonha" para procurar entender a alocação do espaço na cidade vesuviana. Propõe que a localização de bares e prostíbulos em vias secundárias era o resultado de restrições legais que confinavam esse mundo "do avesso", indelevelmente marcado pela mancha da *infamia*, "povoado por um submundo de atores e atrizes, prostitutas e cafetões, gladia-

dores, pequenos empresários e carrascos públicos"(53). Conclui que a evidência de Pompéia, tantas vezes usada contra o modelo weberiano de Finley, na verdade, "confirma que as ideologias da elite podiam, de fato, conformar a vida de uma cidade romana" (56). No entanto, como bem lembrou Pedar W. Foss (Pompeii: the social city, *Journal of Roman Archaeology* 9 [1996], 351-352), há pouco, este argumento, além de propor que os valores eruditos seriam aceitos pelos pobres, sem qualquer comprovação, acaba por inverter a situação, pois a própria moral da elite retringiria sua liberdade de movimento, já que não poderiam andar mais do que duas quadras sem que se contaminassem com os *infames*, pelo que seriam estes a, realmente, controlar as ruas! (cf. o mesmo argumento em P.P. A. Funari, Resenha, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP* 5 [1995], 335-337).

Ray Larence, em seu "A organização do espaço em Pompéia" (63-78), procura mostrar, a partir do estudo das soleiras e dos cartazes, que a relação entre habitantes e visitantes era mais dominante do que a relação entre os próprios habitantes, o que, se for aceito, significa uma interessante evidência contra a noção de sociedade face-a-face. Janet De Laine, em um estudo sobre a "Insula das pinturas, em Óstia, 1.4.2-4, paradigma para uma cidade em mudança" (79-106), demonstra que o declínio da *insula* e o ápice da *domus* coincidem com o desaparecimento dos magistrados locais do registro epigráfico e com o subsequente controle direto por Roma, no período tardio. Kathryn Lomas trata, em *Élites urbanas e definição cultural: a romanização da Itália meridional* (107-120), da manutenção da língua grega como elemento de negociação cultural dessas cidades frente a Roma. Lomas nota que a população

não eram predominante de origem grega, mas era mesclada, o que reforça a instrumentalização, por parte das elites do sul da Itália, da manutenção, dos Júlio-Cláudios aos Antoninos, da cultura grega.

T.J. Cornell, em "Guerra e urbanização na Itália romana" (121-134), adota uma versão do modelo de cidade consumidora que pressupõe uma economia urbana baseada, principalmente, no abastecimento de bens e serviços para consumo local, a maior parte da demanda sendo derivada da capacidade de consumo da elite com terras. Desse modo, o sistema de abastecimento militar, ainda que extremamente importante, não teria afetado, de modo radical, a estrutura da economia urbana da Itália romana (132). J.A. North apresenta um estudo heterodoxo sobre "Religião e risticodade" (135-150), de mostrando que a própria dicotomia entre cidade e campo deve ser posta em questão, substituída por uma diferença entre percepção da elite, que identificava a simplicidade com o campo, com aquela dos pobres, que englobava urbanos e rurais em torno de rituais comuns, como o culto a Silvano. Ainda sobre o campo, Nicholas Purcell, em "A *villa* romana e a produção da paisagem" (151-179) enfatiza que a lógica por detrás das fazendas era a produção mercantil (*crash-crop production*), sendo o destaque dado à *pars fructuaria* ("instalações produtivas") uma manifestação da importância social atribuída ao lucro. O caráter urbano da fazenda, por sua parte, indica que havia um *continuum* entre a cidade e o campo, antes que uma oposição radical entre as duas esferas.

Os dos últimos capítulos tratam da redescoberta e uso político dos vestígios de Pompéia; Martin goalen disserta sobre "A idéia de cidade e as escavações de Pompéia"

(181-202) e Luisa Quatemaine elabora um belo estudo sobre "A visão imperial de Mussolini (203-215), demonstrando que o regime fascista fundava-se no mundo clássico e, como consequência, moldava-o à sua imagem.

O volume apresenta, portanto, duas vertentes interpretativas distintas, ainda que haja pontos de contato e interseções. Alguns preferem adotar um modelo de cidade consumidora que deriva de uma concepção sociológica, de origem weberiana, que enfatiza a estabilidade e a reprodução das relações sociais e que pressupõe a existência de uma única ideologia de elite, dominante e estruturadora da vida em sociedade. Outros preferem dar destaque para as tensões sociais, opondo ricos e pobres, e para as razões econômicas por detrás das decisões e dos gostos da elite. Os primeiros, de modo coerente, ressaltam a diferença entre o urbano e o rural, enquanto os segundos, também de forma lógica, preferem nuançar essa oposição, em benefício de outras clivagens, de caráter social. Essas diferenças chamam a atenção para a pluralidade de abordagens acolhidas pelos organizadores do colóquio e do volume, que consideraram cientificamente mais aconselhável apresentar pontos de vista diversos e, por vezes, antagônicos, do que um conjunto homogêneo que falsearia o estado dos estudos sobre a cidade antiga. Para o leitor brasileiro, acostumado, às vezes, à noção de "coerência e convergência" de idéias e consensos historiográficos, talvez essa pluralidade seja o aspecto mais significativo deste volume, ao alertar que a ciência depende, precisamente, do convívio de perspectivas e pontos de vista.

PEDRO PAULO A. FUNARI
Universidade de Campinas

CHARLES MARTINDALE. *Redeeming the Text. Latin poetry and the hermeneutics of reception*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993. 117 pp. con Bibliografía, índice de autores + 4 ilustraciones. (ROMAN LITERATURE AND ITS CONTEXTS).

Los editores de la serie *Roman Literature and its Contexts*, Denis Feeney y Stephen Hinds, han ensayado una descripción del carácter general de la colección en un breve texto que, con ligeras modificaciones de estilo, aparece junto a la portada de cada volumen. Ensanchar los horizontes críticos en el campo de la literatura latina, examinar los supuestos que conlleva una determinada interpretación textual, y suscitar el debate, son algunas de las ideas involucradas en dicha presentación. Ya desde el título, el libro que nos ocupa parece incorporar la primera de estas inquietudes.

En el prólogo, M. manifiesta su intención de proponer una línea de interpretación alternativa a la tradición historicista y positivista. El libro es definido como una teorización producto de trabajos anteriores —incluidos en la Bibliografía— dedicados al estudio de la influencia del latín en la poesía inglesa. Esta teorización encuentra su origen en la aplicación de conceptos provenientes del movimiento llamado *New Criticism* y de la teoría de la recepción, de la deconstrucción (Derrida), del diálogo (Bajtín), de las reflexiones en torno de la hermenéutica de Gadamer y de la metafísica —para el último capítulo y en la medida en que una parte de la discusión crítica contemporánea puede asemejarse a la de la teología. Asimismo, queda descartada la construcción de un modelo teórico definitivo, pues una de las hipótesis del autor es, precisamente, la naturaleza